



Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIO 2023

SICOOB SUL-LITORÂNEO

COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 32.474.884/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 do Sicoob Sul-Litorâneo, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

O Sicoob conta com mais de 7,7 milhões de cooperados e está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Oferecendo todos os produtos e serviços de uma instituição financeira, é formado por 335 cooperativas singulares, 14 cooperativas centrais e pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), que é composto por uma confederação e um banco cooperativo, além de uma processadora e bandeira de cartões, administradora de consórcios, entidade de previdência complementar, seguradora e um instituto voltado para o investimento social.

O Sicoob ocupa a primeira colocação entre as instituições financeiras com maior número de agências no Brasil, com mais de 4,6 mil pontos de atendimento, e, em mais de 400 municípios, é a única instituição financeira presente.

2. Sustentabilidade

O Sicoob Sul-Litorâneo reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, integrando práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios. Participando do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável, as organizações do Sistema Sicoob estão mobilizadas para estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica.

Para comunicar esses compromissos, o Sicoob conta com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao plano estratégico e às diretrizes do Banco Central do Brasil, voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Mais informações estão disponíveis em sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Sul-Litorâneo é uma cooperativa voltada para a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados que além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades.

3.1. Classificação Fitch Ratings

Em agosto de 2023, a agência de classificação de risco elevou o rating Nacional de Longo Prazo do Sicoob Sul-Litorâneo de AA-(bra) para AA(bra). Simultaneamente, a agência reafirmou em F1+(bra) o rating nacional de curto prazo.

Essa elevação reflete a sustentabilidade dos indicadores financeiros da nossa cooperativa, apresentando índices de rentabilidade e capitalização robustos, superando a média das cooperativas financeiras no Brasil.

Mesmo diante do expressivo crescimento dos ativos e dos consideráveis investimentos realizados, a cooperativa manteve sua solidez. Contribuindo para essa melhoria, destaca-se o êxito do plano de expansão geográfica, proporcionando potencial para receitas e captação de cooperados em setores diversificados. Mais informações podem ser encontradas em fitchratings.com/site/brasil

4. Política de Crédito

A atuação do Sicoob se destaca, principalmente, pela concessão de empréstimos e captação de depósitos. Essa concessão é realizada mediante análise prévia, observando limites de alçadas predefinidos que são rigorosamente respeitados. A instituição efetua consultas cadastrais e utiliza a avaliação por pontos, conhecida como "RATING", visando garantir a máxima liquidez das operações.

A política de classificação de risco de crédito segue as diretrizes da Resolução CMN nº 2.682/99, com concentração de 82,31% nos níveis de "AA" a "C".

Essa abordagem reafirma o compromisso do Sicoob em assegurar uma gestão de crédito sólida e alinhada às normativas vigentes, promovendo confiança e segurança nas transações financeiras com seus cooperados.

5. Governança Corporativa

Na estrutura de governança do Sicoob, baseada nos princípios cooperativistas, a participação ativa dos cooperados é um pilar fundamental. Cada associado tem o direito de voto nas assembleias, incluindo a eleição do Conselho de Administração, responsável por decisões estratégicas. Complementarmente, o Conselho Fiscal valida os balancetes mensais e o balanço patrimonial anual.

A gestão diária dos negócios é conduzida pela Diretoria Executiva, enquanto a supervisão contínua de riscos fica a cargo do Agente de Controles Internos, sob a direção do responsável pela gestão de riscos. Este agente busca garantir a aderência aos normativos internos, sistêmicos e à legislação vigente.

Consciente dos riscos associados à intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, homologado pelo Sicoob Central ES e regulamentado pelo Centro Cooperativo Sicoob. Além do Estatuto Social, são seguidos de regimentos e regulamentos, incluindo o Regimento Interno, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral. A adesão a normas contábeis, fiscais e ao Código de Ética e Conduta Profissional do Sicoob é uma parte crucial de nossa prática diária.

Os balanços são auditados por profissionais externos, com relatórios compartilhados com os Conselhos e a Diretoria, enquanto todo o processo é fiscalizado pelo Banco Central do Brasil. Esses mecanismos de controle, somados aos descritos anteriormente, são fundamentais para garantir a transparência na gestão e em todas as atividades da instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, centralizada e compartilhada com o Banco Sicoob, desempenha um papel crucial na garantia da transparência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos. A atuação da área é prevista na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional.

No exercício de 2023, foram direcionadas 71 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela nossa cooperativa. Dessas, 35 foram classificadas como procedentes e com exceção de 1 ocorrência, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As classificadas como improcedentes também foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop representa uma associação civil sem fins lucrativos, concebida para conferir às cooperativas financeiras uma competitividade equiparada aos bancos comerciais, assegurando a proteção dos depositantes que confiam em cooperativas financeiras regulamentadas. Esse fundo garante que o cooperado recupere seus recursos nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, com um limite de até R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ. Conforme estabelecido no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo equivale a 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas. Essas obrigações abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, englobando depósitos à vista e a prazo, letras de crédito do agronegócio, entre outras. Essa estrutura reforça o comprometimento do Sicoob com a segurança e a confiabilidade dos recursos depositados por seus cooperados.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Contribuíram para compor o resultado do exercício de 2023 as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, que registraram um crescimento de 33,98%, e o resultado da intermediação financeira, que superou os R\$ 69 milhões, registrando um incremento de 49,16% em relação a 2022.

O resultado do Sicoob Sul-Litorâneo em 2023 foi de R\$ 50,2 milhões, o que representa um crescimento de 9,71% se comparado do exercício anterior.

Em 2023 ocorreu um aumento de 82,05% comparado ao exercício de 2022 na receita de Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outras Receitas e Despesas.

A remuneração do Juros ao Capital em 2023 foi de R\$ 11.069 mil, 29,49% superior ao mesmo período do ano anterior.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 33,72% no ano de 2023 quando comparado ao ano de 2022.

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	69.119	46.338	49,16
Despesa de prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	42.903	20.173	112,68
Receita de recup. de Créditos Baixados como Prejuízo	3.988	2.397	66,37
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	30.757	22.957	33,98
Receitas com Ato Não Cooperativo	9.053	8.316	8,86
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Adm e Operacionais	56.124	39.454	42,25
Despesas Tributárias	649	573	13,26
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	10.344	5.682	82,05
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	45.488	34.017	33,72
Juros ao Capital	11.069	8.548	29,49
Resultado	50.257	45.808	9,71

8.1. Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2023, o Sicoob ES encerrou o exercício com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Balanço Patrimonial	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Variação %
Ativos Totais	1.255.247	894.654	40,31
Centralização Financeira	440.287	306.029	43,87
Carteira de Crédito	766.781	552.083	38,89
Depósitos	876.124	613.711	42,76
Patrimônio Líquido	212.831	172.533	23,36
Patrimônio de Referência (PR)	193.051	158.092	22,11

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2023 foram os ativos que registraram uma variação positiva de 40,31% em relação à 2022 demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para os nossos cooperados.

A centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiram em 31/12/2023 o saldo de R\$ 440.287 mil, crescimento de 43,87% em relação a 31 de dezembro de 2022. Também ao final do exercício a carteira de crédito atingiu a marca de R\$ 766.781mil, registrando um crescimento de 38,89% em relação ao ano anterior Os depósitos obtiveram um aumento de 42,76% considerando o mesmo período de 2022, contabilizando o montante de R\$ 876.124 mil. Já o patrimônio líquido cresceu 23,36% e atingiu o valor de R\$ 212.831 mil.

8.2. Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Carteira de Crédito	31/12/2023			31/12/2022			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	48.397	397	48.794	31.625	439	32.064	16.730	52,18
Crédito Comercial	95.939	622.048	717.987	81.485	438.534	520.019	197.968	38,07
Total	144.336	622.445	766.781	113.110	438.973	552.083	214.698	38,89

9. Pessoas

Concluimos o exercício com 55 mil cooperados, crescimento de 18,29% em relação ao exercício anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob Sul-Litorâneo e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do spread de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Contávamos com 163 colaboradores no final do exercício de 2023. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 18.946 mil.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

O Sicoob reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

12. Tecnologia

Alinhado às tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob realizou significativos investimentos em Tecnologia da Informação durante o ano de 2023, visando aprimorar sua competitividade e proporcionar maior conveniência aos cooperados do Sistema Sicoob. O aumento significativo das transações financeiras por meio dos canais digitais destacou-se como a principal forma de atendimento no Sicoob ES, promovendo uma experiência mais ágil e conveniente para os cooperados, ao mesmo tempo em que resultou em redução de custos operacionais para as cooperativas.

13. Agradecimento

Expressamos nossa profunda gratidão a todos os cooperados, colaboradores, parceiros e comunidades que desempenharam papéis cruciais para o impacto positivo alcançado pelo Sicoob Sul-Litorâneo em 2023. O comprometimento de cada indivíduo fortaleceu nossos laços, impulsionou o desenvolvimento sustentável e concretizou nossa missão de ir além do aspecto financeiro, impactando positivamente a vida das pessoas e promovendo a justiça financeira.

Em 2023, entendemos que caminhamos rumo aos fundamentos que guiam nossa atuação, refletidos nos quatro pilares estratégicos que consideramos essenciais para nosso dia a dia: Pessoas Felizes, Satisfação dos Associados, Impacto Positivo na Sociedade e Resultados Consistentes.

Na era da conexão e da revolução da informação, reconhecemos que o ativo mais valioso para transformações são as pessoas. A Comunidade Sicoob, destinada a cooperados, delegados e colaboradores, representa um espaço de cooperação seguro, impulsionando a educação financeira, networking e criação de oportunidades. Alinhada à cultura cooperativa, a Comunidade Sicoob reflete a força da união na construção de oportunidades de crescimento. Agradecemos a todos que contribuíram para fazer de 2023 um ano marcante e promissor para o Sicoob ES e convidamos a permanecer conosco no www.comunidadesicoob.com.br.

Alfredo Chaves, 31 de Janeiro de 2024.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2023 | em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		1.255.247	894.654
DISPONIBILIDADES	4.	13.646	4.324
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.281.901	905.215
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	10.541	13.298
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	51.955	25.448
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	6. b	(333)	-
Relações Interfinanceiras		440.287	306.029
Centralização Financeira	7.	440.287	306.029
Operações de Crédito	8. a	766.781	552.083
Outros Ativos Financeiros	9.	12.670	8.357
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(65.908)	(39.858)
(-) Operações de Crédito	8. e	(62.327)	(38.000)
(-) Outras	9. 1 a	(3.581)	(1.858)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10.	1.478	554
OUTROS ATIVOS	11.	1.640	7.753
IMOBILIZADO DE USO	12.	28.873	21.268
INTANGÍVEL	12.	489	463
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	12.	(6.872)	(5.065)
TOTAL DO ATIVO		1.255.247	894.654
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.255.247	894.654
DEPÓSITOS		876.124	613.711
Depósitos à Vista	13.	280.784	203.338
Depósitos Sob Aviso	13.	814	1.011
Depósitos a Prazo	13.	594.526	409.362
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		139.655	90.856
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14.	70.814	41.407
Relações Interfinanceiras		47.231	31.659
Repasse Interfinanceiros	15. a	47.231	31.659
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15. b	18.000	14.152
Outros Passivos Financeiros	16.	3.610	3.638
PROVISÕES	17.	6.372	4.181
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18.	1.430	1.081
OUTROS PASSIVOS	19.	18.835	12.292
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		212.831	172.533
CAPITAL SOCIAL	21.a	95.703	76.969
RESERVAS DE SOBRAS	21.b	102.048	81.093
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.f	15.080	14.471
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.255.247	894.654

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

em 31 de dezembro de 2023 | em milhares de R\$

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		100.793	187.770	125.841
Operações de Crédito	8. h	74.989	140.093	90.015
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.1	24.473	45.488	34.017
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	603	1.255	1.809
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6. c	728	934	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(62.747)	(116.066)	(65.659)
Operações de Captação no Mercado	13. d	(37.682)	(68.899)	(42.532)
Operações de Empréstimos e Repasses	15. c	(2.302)	(4.264)	(2.954)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8. i	(22.763)	(42.903)	(20.173)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		38.046	71.704	60.182
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(11.841)	(17.121)	(11.243)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24.	10.608	18.643	12.202
Rendas de Tarifas	25.	6.288	12.114	10.755
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26.	(10.319)	(18.946)	(14.594)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27.	(14.803)	(26.909)	(20.599)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28.	(330)	(649)	(573)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29.	3.309	8.895	5.827
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30.	(6.594)	(10.269)	(4.261)
PROVISÕES		(1.358)	(2.066)	(1.124)
Provisões/Reversões para Contingências	31.1	(43)	(25)	(70)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31.2	(1.315)	(2.041)	(1.054)
RESULTADO OPERACIONAL		24.847	52.517	47.815
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32.	1.395	1.449	(145)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		26.242	53.966	47.670
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	19.b	(2.543)	(3.709)	(1.862)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	21.f	23.699	50.257	45.808

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

em 31 de dezembro de 2023 | em milhares de R\$

	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	23.699	50.257	45.808
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	23.699	50.257	45.808

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

em 31 de dezembro de 2023 | em milhares de R\$

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	65.420	(504)	60.660	316	7.731	133.623
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior					(159)	(159)
Distribuição de sobras para associados	7.572	-	-	-	(7.572)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.468	(42)	-	-	-	3.426
Por Devolução (-)	(5.599)	-	-	-	-	(5.599)
Reversão/Realização de Fundos				(271)	271	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	45.808	45.808
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(8.548)	(8.548)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	6.654	-	-	-	-	6.654
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	20.024	-	(20.024)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	364	(364)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	(1.820)	(1.820)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(852)	(852)
Saldos em 31/12/2022	77.515	(546)	80.684	409	14.471	172.533
Saldos em 31/12/2022	77.515	(546)	80.684	409	14.471	172.533
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior					(133)	(133)
Distribuição de sobras para associados	14.338	-	-	-	(14.338)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.884	(51)	-	-	-	1.833
Por Devolução (-)	(6.005)	-	-	-	-	(6.005)
Estorno de Capital	(4)	-	-	-	-	(4)
Reversão/Realização de Fundos				(286)	286	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	50.257	50.257
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(11.069)	(11.069)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	8.572	-	-	-	-	8.572
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	20.862	-	(20.862)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	379	(379)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	(1.896)	(1.896)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(1.257)	(1.257)
Saldos em 31/12/2023	96.300	(597)	101.546	502	15.080	212.831
Saldos em 30/06/2023	90.080	(574)	80.684	409	21.220	191.819
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	918	(23)	-	-	-	895
Por Devolução (-)	(3.269)	-	-	-	-	(3.269)
Estorno de Capital	(1)	-	-	-	-	(1)
Reversão/Realização de Fundos				(286)	286	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	23.699	23.699
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(5.731)	(5.731)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	8.572	-	-	-	-	8.572
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	20.862	-	(20.862)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	379	(379)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	(1.896)	(1.896)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(1.257)	(1.257)
Saldos em 31/12/2023	96.300	(597)	101.546	502	15.080	212.831

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

em 31 de dezembro de 2023 | em milhares de R\$

	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	26.242	53.966	47.670
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	(240)	(240)	(162)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	–	(2.606)	(1.489)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	22.763	42.903	20.173
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	1.315	2.041	1.054
Provisões/Reversões Não Operacionais	(449)	(456)	208
Provisões/Reversões para Contingências	43	26	70
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	8	9	5
Depreciações e Amortizações	1.381	2.487	1.336
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	51.063	98.130	68.865
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(603)	(700)	10.507
Títulos e Valores Mobiliários	(10.312)	(17.428)	–
Operações de Crédito	(133.853)	(228.752)	(218.235)
Outros Ativos Financeiros	(3.683)	(7.112)	(4.350)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(614)	(925)	(548)
Outros Ativos	6.290	6.569	(600)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	65.424	77.446	35.351
Depósitos sob Aviso	(173)	(198)	(207)
Depósitos a Prazo	92.150	185.164	145.406
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13.979	29.407	17.391
Relações Interfinanceiras	8.478	15.572	7.349
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.848	3.848	3.834
Outros Passivos Financeiros	2.552	(28)	796
Provisões	74	125	43
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	634	349	297
Outros Passivos	(10.718)	(8.235)	(8.304)
FATES – Atos Cooperativos	(1.896)	(1.896)	(1.820)
FATES – Atos Não Cooperativos	(1.257)	(1.257)	(852)
Outras Destinações	–	(133)	(159)
Imposto de Renda Pago	–	–	–
Contribuição Social Pago	–	–	–
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	81.383	149.946	54.764
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	–	1.435	699
Distr. de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo	–	1.171	790
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	240	240	162
Aquisição de Intangível	(7)	(26)	(13)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.445)	(8.294)	(10.709)
Aquisição de Investimentos	(6.125)	(8.746)	(7.266)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.337)	(14.220)	(16.337)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	895	1.833	3.426
Devolução de Capital aos Cooperados	(3.269)	(6.005)	(5.599)
Estorno de Capital	(1)	(4)	–
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	8.572	8.572	6.654
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	6.197	4.396	4.481
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	79.243	140.122	42.908
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	374.689	313.810	270.902
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	453.932	453.932	313.810
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	79.243	140.122	42.908

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2023 | em milhares de R\$

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORANEA DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SUL LITORANEO**, doravante denominado **SICOOB SUL- LITORÂNEO**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/10/1989**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB SUL- LITORÂNEO, sediado à **AVENIDA GETÚLIO VARGAS, Nº 683, CENTRO, ALFREDO CHAVES – ES**, possui 18 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ICONHA – ES, PIÚMA – ES, GUARAPARI – ES, ANCHIETA – ES, ITAPEMIRIM – ES, VIANA – ES, RIO BONITO – RJ, ITABORAÍ – RJ, RIO DE JANEIRO – RJ, CANTAGALO – RJ, PARAÍBA DO SUL – RJ, CORDEIRO – RJ, CONCEIÇÃO DE MACABU – RJ, ALFREDO CHAVES

O SICOOB SUL- LITORÂNEO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2023 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil. Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consoante à Resolução CMN nº 4.747/2019, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 31/01/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referente a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de

11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei n.º 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) Resolução BCB n.º 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) Instrução Normativa BCB n.º 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) Resolução BCB n.º 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) Instrução Normativa BCB n.º 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN n.º 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB n.º 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB n.º 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

• **Fase 1 – Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

• **Fase 2 – Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

• **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

• **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

• **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

• **Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 – Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de **continuidade operacional**.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC).

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira, podem ser:

- a) CPR física: o produtor vende antecipadamente parte de sua produção;
- b) CPR financeira: o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	13.646	4.324
Caixa	13.646	4.324
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	440.287	306.029
Centralização financeira	440.287	306.029
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias (c)	-	3.457
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	3.457
TOTAL	453.933	313.810

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – até 90 dias	-	3.457
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	-	501
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	10.541	9.340
TOTAL	10.541	13.298

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	603	1.255	1.809
TOTAL	603	1.255	1.809

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Total de Títulos e Valores Mobiliários	5.336	12.426	17.762	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários – CPR	5.336	12.426	17.762	-	-	-
Total de Participações de Cooperativas	-	34.193	34.193	-	25.448	25.448
Participação Em Cooperativa Central De Crédito – Sicoob Central ES (I)	-	22.707	22.707	-	16.946	16.946
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito – Banco Sicoob (II)	-	11.486	11.486	-	8.502	8.502
TOTAL	5.336	46.619	51.955	-	25.448	25.448

(I) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no exercício de 2023 no valor de R\$ 1.171 mil. (No mesmo período de 2022 – R\$ 790 mil). (II) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2023 de R\$ 1.435 mil (No mesmo período de 2022 foi de R\$ 699 mil).

A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020.

b) Provisões para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(333)	-	(333)	-	-	-
TOTAL	(333)	-	(333)	-	-	-

c) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.018	1.303	-
(-) Desvalorização de Títulos Livres	(290)	(369)	-
TOTAL	728	934	-

7. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido pela cooperativa.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Centralização Financeira – Cooperativas	440.287	306.029
TOTAL	440.287	306.029

7.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	24.473	45.488	34.017
TOTAL	24.473	45.488	34.017

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Adiantamento a Depositante	601	-	601	571	-	571
Empréstimos	276.838	285.475	562.313	190.322	182.389	372.711
Títulos Descontados	28.155	-	28.155	30.250	-	30.250

Modalidade	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Financiamentos	45.532	81.386	126.918	37.561	78.925	116.486
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	11.861	36.933	48.794	8.571	23.494	32.065
Total das Operações Crédito	362.987	403.794	766.781	267.275	284.808	552.083
(-) Provisões para Operações de Crédito	(27.947)	(34.380)	(62.327)	(18.593)	(19.407)	(38.000)
TOTAL	335.040	369.414	704.454	248.682	265.401	514.083

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Esp./ Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	Total 31/12/2023	Prov. 31/12/2023	Total 31/12/2022	Prov. 31/12/2022
AA	-	Normal	16.970	1	4.382	5.523	26.876	-	17.667	-
A	0,5%	Normal	80.611	1.647	18.205	20.586	121.049	(605)	72.438	(362)
B	1%	Normal	162.893	1.741	41.579	16.155	222.368	(2.223)	165.963	(1.660)
B	1%	Vencidas	774	27	90	-	891	(9)	373	(4)
C	3%	Normal	204.450	4.888	44.896	3.959	258.193	(7.746)	180.979	(5.429)
C	3%	Vencidas	1.453	221	63	57	1.794	(54)	1.319	(40)
D	10%	Normal	54.875	3.396	13.342	1.733	73.346	(7.335)	77.832	(7.783)
D	10%	Vencidas	2.648	160	420	-	3.228	(323)	1.933	(193)
E	30%	Normal	7.494	714	825	114	9.147	(2.744)	7.013	(2.104)
E	30%	Vencidas	2.895	232	950	-	4.077	(1.223)	1.721	(516)
F	50%	Normal	3.057	158	138	36	3.389	(1.695)	3.300	(1.650)
F	50%	Vencidas	3.458	311	444	-	4.213	(2.107)	1.383	(692)
G	70%	Normal	3.160	56	673	38	3.927	(2.749)	7.301	(5.111)
G	70%	Vencidas	2.234	294	34	-	2.562	(1.793)	1.351	(946)
H	100%	Normal	11.523	461	325	581	12.890	(12.890)	5.600	(5.600)
H	100%	Vencidas	17.045	1.222	552	12	18.831	(18.831)	5.910	(5.910)
Total Normal			545.033	13.062	124.365	48.725	731.185	(37.987)	538.093	(29.699)
Total Vencidos			30.507	2.467	2.553	69	35.596	(24.340)	13.990	(8.301)
Total Geral			575.540	15.529	126.918	48.794	766.781	(62.327)	552.083	(38.000)
Provisões			(52.687)	(2.981)	(5.428)	(1.231)	(62.327)		(38.000)	
Total Líquido			522.853	12.548	121.490	47.563	704.454		514.083	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	601	-	-	601
Cheque Especial/Conta garantida	14.928	-	-	14.928
Empréstimos	100.765	161.145	285.475	547.385
Títulos Descontados	25.945	2.210	-	28.155
Financiamentos	12.626	32.906	81.386	126.918
Financiamentos Rurais	1.575	10.286	36.933	48.794
TOTAL	156.440	206.547	403.794	766.781

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empr./TD	Financ.	Financ. Rurais	31/12/2023	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	249.342	18.717	-	268.059	35%
Setor Privado - Indústria	26.349	3.543	397	30.289	4%
Setor Privado - Serviços	253.164	70.850	-	324.014	42%
Pessoa Física	62.172	33.767	48.397	144.336	19%
Outros	42	41	-	83	-
TOTAL	591.069	126.918	48.794	766.781	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	38.000	28.837
Constituições	41.133	19.300
Transferência para prejuízo	(16.806)	(10.137)
TOTAL	62.327	38.000

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	18.245	2,18%	16.601	3%
10 Maiores Devedores	103.781	12,38%	96.876	17%
50 Maiores Devedores	249.895	31,68%	192.423	35%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	37.168	29.775
Valor das operações transferidas no período	16.806	10.137
Valor das operações recuperadas no período	(3.988)	(2.397)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(697)	(347)
TOTAL	49.289	37.168

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.046	2.335	2.812
Rendas de Empréstimos	55.641	101.997	62.257
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.322	6.841	5.773
Rendas de Financiamentos	11.579	22.313	15.332
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Livres	827	1.427	509
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Dir. à Vista	209	364	258
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	295	529	447
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	135	299	230
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	1.935	3.988	2.397
TOTAL	74.989	140.093	90.015

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(36.548)	(66.868)	(42.977)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	16.569	28.487	25.158
Prov. para outros créditos liquidação duvidosa	(3.050)	(4.987)	(2.592)
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	266	465	238
TOTAL	(22.763)	(42.903)	(20.173)

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21 de dezembro de 1999, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	4.821	-	4.821	2.470	-	2.470
Rendas a Receber (b)	5.835	-	5.835	4.259	-	4.259
Rendas Serviços arrecadação de convênios	1.707	-	1.707	678	-	678
Rendas da Centralização da Adm. Financ.	3.884	-	3.884	3.378	-	3.378
Outras Rendas a Receber	244	-	244	203	-	203
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	-	-	-	4	-	4
Títulos e Créditos a Receber (d)	682	-	682	466	-	466
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	1.332	1.332	-	1.158	1.158
PIS – Depósito Judicial	-	187	187	-	180	180
COFINS – Depósito Judicial	-	990	990	-	952	952
PIS Folha – Depósito Judicial	-	80	80	-	-	-
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	72	72	-	23	23
Outros	-	3	3	-	3	3
TOTAL	11.338	1.332	12.670	7.199	1.158	8.357

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

9.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(3.581)	-	(3.581)	(1.858)	-	(1.858)
TOTAL	(3.581)	-	(3.581)	(1.858)	-	(1.858)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
C	3%	Normal	-	-	-	4	-
E	30%	Normal	477	477	(143)	64	(19)
E	30%	Vencidas	770	770	(231)	404	(121)
F	50%	Normal	62	62	(31)	-	-
F	50%	Vencidas	371	371	(186)	337	(168)
G	70%	Normal	23	23	(16)	-	-
G	70%	Vencidas	478	478	(334)	384	(269)
H	100%	Normal	226	226	(226)	-	-
H	100%	Vencidas	2.414	2.414	(2.414)	1.281	(1.281)
Total Normal			788	788	(416)	68	(19)
Total Vencidos			4.033	4.033	(3.165)	2.406	(1.839)
Total Geral			4.821	4.821	(3.581)	2.474	(1.858)
Provisões			(3.581)	(3.581)		(1.858)	
Total Líquido			1.240	1.240		616	

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Negativo de IRPJ – Exercícios Anteriores	972	375
Saldo Negativo de CSLL – Exercícios Anteriores	469	157
Valores a Restituir – PERDCOMP	34	22
Outros	3	-
TOTAL	1.478	554

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	124	-	124	65	-	65
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	241	-	241	26	-	26
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	99	-	99	1.277	-	1.277
Pagamentos a Ressarcir	720	-	720	747	-	747
Devedores Diversos – País	63	-	63	19	-	19
Material em Estoque	41	-	41	38	-	38
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (a)	-	2.329	2.329	39	8.006	8.045
(-) Prov. Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Rec. (b)	-	(2.219)	(2.219)	-	(2.675)	(2.675)
Despesas Antecipadas (c)	242	-	242	211	-	211
Sisol	104	-	104	151	-	151
Software	54	-	54	29	-	29
Outras Despesas Antecipadas	84	-	84	31	-	31
TOTAL	1.530	110	1.640	2.422	5.331	7.753

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

12. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Taxa Deprec.
Imobilizado em Curso (a)	278	936	
Terrenos	1.950	1.951	
Edificações	6.667	5.978	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(283)	(20)	
Instalações	8.363	4.360	4 - 25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(1.875)	(1.419)	
Mobiliários	2.450	1.646	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(678)	(572)	
Máquinas	228	167	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(78)	(79)	
Aparelhos de Refrigeração	1.241	978	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(363)	(305)	
Equipamentos de Processamento de Dados	5.882	4.096	20%
(-) Depreciação Acum. de Equip. Process. de Dados	(2.391)	(1.611)	

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Taxa Deprec.
Alarme	60	35	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(26)	(21)	
Cabines de Segurança	269	213	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(96)	(73)	
Armas e Equipamentos	481	307	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(237)	(193)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	194	174	10%
(-) Depreciação Acum. Equip. de Vig. e Segurança	(104)	(103)	
Equipamentos de Comunicação	207	122	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(117)	(104)	
Veículos	603	305	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(226)	(195)	
Software e Direito de Uso (b)	489	463	10-20%
(-) Amort. Acumulada De Software e Direitos de Uso	(398)	(370)	
Total Imobilizado de Uso	28.873	21.268	
Total Intangível	489	463	
Total Depreciação/Amortização	(6.872)	(5.065)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no período 2023 foi de R\$ 2.487 mil e no período de 2022 foi de R\$ 1.336 mil.

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Depósito à Vista (a)	280.784	-	280.784	203.338	-	203.338
Depósito Sob Aviso (b)	814	-	814	1.011	-	1.011
Depósito a Prazo (b)	593.757	769	594.526	408.884	478	409.362
TOTAL	875.355	769	876.124	613.233	478	613.711

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	10.087	1%	17.040	3%
10 Maiores Depositantes	68.538	7%	66.342	10%
50 Maiores Depositantes	184.708	20%	148.097	23%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(56)	(118)	(124)
Despesas de Depósitos a Prazo	(33.414)	(60.956)	(38.331)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(2.672)	(4.892)	(2.261)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(910)	(1.779)	(1.015)
Desp. de Contr. ao Fundo Garantidor de Créditos	(630)	(1.154)	(801)
TOTAL	(37.682)	(68.899)	(42.532)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI (a)	16.169	-	16.169	6.625	6.329	12.954
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (b)	23.391	31.254	54.645	7.897	20.556	28.453
TOTAL	39.560	31.254	70.814	14.522	26.885	41.407

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

(b) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circ. (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circ. (acima de 1 ano)	Total
Recursos do Banco Sicoob	11.395	35.836	47.231	7.666	22.071	29.737
Recursos do Banco Sicoob – Capital de Giro Livre	-	-	-	1.922	-	1.922
TOTAL	11.395	35.836	47.231	9.588	22.071	31.659

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Sicoob Central ES – Rotativo	18.000	-	18.000	14.152	-	14.152
Total	18.000	-	18.000	14.152	-	14.152

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com Empréstimos Rotativo			
Cooperativa Central	(957)	(1.853)	(1.372)
Total Despesas com Empréstimos Rotativo	(957)	(1.853)	(1.372)

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Repasses Interfinanceiros			
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(1.345)	(2.411)	(1.582)
Total Despesas de Repasses Interfinanceiros	(1.345)	(2.411)	(1.582)
TOTAL	(2.302)	(4.264)	(2.954)

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Relações Interdependências	2.989	2.884
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	29	10
Ordens de Pagamento (b)	2.950	2.862
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	10	12
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	132	381
Operações de Crédito – IOF	125	376
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	3
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	2	2
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	489	373
TOTAL	3.610	3.638

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Prov. Para Garantias Fin. Prestadas (I)	3.253	1.372	4.625	1.992	592	2.584
Provisão Para Contingências (II)	-	1.747	1.747	-	1.597	1.597
TOTAL	3.253	3.119	6.372	1.992	2.189	4.181

(I) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro 2022, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	150.408	88.253
TOTAL	150.408	88.253

(II) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Prov. Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Prov. Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (a)	187	187	180	180
COFINS (a)	990	990	952	952
PIS Folha (b)	80	80	-	-
Trabalhistas	372	72	370	23
Outras Contingências	118	3	95	3
TOTAL	1.747	1.332	1.597	1.158

(a) PIS e COFINS – quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

(b) PIS FOLHA – quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistia lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB SUL- LITORÂNEO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 528 mil**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais, correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo circulante na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circ.	Não Circ.	Total	Circ.	Não Circ.	Total
Impostos e Contr. s/ Serviços de Terceiros	120	-	120	136	-	136
Impostos e Contribuições sobre Salários	654	-	654	501	-	501
IRRF sobre Aplicações Financeiras	407	-	407	259	-	259
ISSQN a recolher	42	-	42	37	-	37
Outros	207	-	207	148	-	148
TOTAL	1.430	-	1.430	1.081	-	1.081

19. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.145	2.157
Sociais e Estatutárias	11.257	7.308
Provisão para Participações nos Lucros (b)	4.139	1.700
Resultado de Atos com Associados (c)	2.034	1.820
Resultado de Atos com não associados (c)	1.541	852
Cotas de Capital a Pagar (d)	3.543	2.936
Provisão para Pagamentos a Efetuar (e)	3.696	2.035
Despesa de Pessoal	1.415	974
Água/Energia/Gás	16	12
Aluguéis	46	46
Custódia de Valores e Bens	18	21
Comunicações	14	12
Segurança e Vigilância	101	60
Manutenção e Conservação de Bens	7	7
Transporte	53	40
Seguro	-	46
Compensação	466	43
Seguros Prestamista	469	345
Provisão de Cartões a Pagar	520	134
Custos de Transações Interfinanceiras	80	87

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	150	68
Valores a Pagar – Domicílio Bancário Sipag 2.0	210	-
Outras Despesas Administrativas	131	140
Credores Diversos – País (f)	1.737	792
Pagamento a Processar	1.260	221
Cooperativa Central	97	116
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	32	-
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	22	21
Taxa de Gravames a Repassar	5	4
Cheques Depositados	144	132
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	46	42
Rendas Antecipadas	83	195
Valor a Pagar – Honra Fundo Garantidores	25	23
Outros Credores Diversos	23	38
TOTAL	18.835	12.292

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 3.709 mil no exercício de 2023 (R\$ 1.862 mil no mesmo período de 2022), a título de participação dos empregados nos resultados.

(c) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(e) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(f) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

20. Instrumentos Financeiros

O SICOOB SUL- LITORÂNEO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	95.703	76.969
Associados	55.458	46.882

b) Reservas de Sobras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Reserva	101.546	80.684
Reserva Estatutária	502	409
Total Reservas de Sobras	102.048	81.093

c) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

d) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial do FIS	409	316
Constituição	379	364
(-) Utilização FIS	(286)	(271)
Saldo Final FIS	502	409

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03/04/2023, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2022**, no valor de R\$ 14.338 mil.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra Bruta	50.257	45.808
Juros sobre Capital Próprio	(11.069)	(8.548)
Sobra líquida do exercício	39.188	37.260
Lucro líquido decorrente de atos não-coop. apropriado ao FATES	(1.257)	(852)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	37.931	36.408
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(20.862)	(20.024)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.896)	(1.820)
Fundo de Investimento Social - 1%	(379)	(364)
Utilização FIS	286	271
Sobra à disposição da Assembleia Geral	15.080	14.471

22. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	265.609	256.556	9.053	185.761	177.445	8.316
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(181.921)	(180.629)	(1.292)	(114.493)	(113.469)	(1.024)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(45.949)	(44.382)	(1.567)	(33.863)	(32.346)	(1.517)
Resultado Operacional	37.739	31.545	6.194	37.405	31.630	5.775
Receita Não Operacional	1.645	-	1.645	145	-	145
Despesa Não Operacional	(196)	-	(196)	(290)	-	(290)
Resultado Não Operacional	1.449	-	1.449	(145)	-	(145)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	39.188	31.545	7.643	37.260	31.630	5.630
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	-
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	6.386	(6.386)	-	4.778	(4.778)
Resultado do Período	39.188	37.931	1.257	37.260	36.408	852

23. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 11.069 mil (R\$ 8.548 mil no mesmo período de 2022) visando remunerar o capital do associado em 31 de dezembro de 2023. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cartões (a)	4.670	6.855	1.489
Rendas de Cobrança	1.062	2.197	2.662
Rendas Transações Intercredis	413	737	603
Rendas de Convênios	149	298	292
Rendas de Serviços – Comissões	837	1.568	1.502
Rendas de Tarifas	672	1.270	1.538
Comissão com Venda de Consórcios	648	1.352	919
Comissão com Venda de Seguros	1.862	3.843	2.942
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	27	43	41
Outras Rendas de Prestação de Serviços	268	480	214
TOTAL	10.608	18.643	12.202

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

25. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	1.447	2.797	2.217
Rendas de Serviços Prioritários – PF	248	490	502
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	12	23	20
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	4.581	8.804	8.016
TOTAL	6.288	12.114	10.755

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários	(920)	(1.799)	(1.682)
Despesas de Pessoal – Benefícios(a)	(1.501)	(2.689)	(2.139)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.128)	(3.866)	(2.796)
Despesas de Pessoal – Proventos	(5.587)	(10.169)	(7.631)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(4)	(4)	(21)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(179)	(419)	(325)
TOTAL	(10.319)	(18.946)	(14.594)

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, vale transporte e auxílio creche.

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(251)	(489)	(446)
Despesas de Aluguéis	(1.346)	(2.479)	(1.886)
Despesas de Comunicações	(372)	(689)	(533)

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(195)	(347)	(193)
Despesas de Material	(194)	(413)	(330)
Despesas de Processamento de Dados	(1.620)	(3.127)	(2.382)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(680)	(1.232)	(1.254)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.043)	(1.318)	(961)
Despesas de Publicações	-	-	(9)
Despesas de Seguros	(36)	(64)	(49)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.415)	(4.629)	(3.913)
Despesas de Serviços de Terceiros	(919)	(1.846)	(1.489)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(775)	(1.497)	(1.095)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.084)	(1.968)	(1.348)
Despesas de Transporte	(379)	(788)	(666)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(5)
Despesas de Viagem no País	(109)	(197)	(152)
Despesas de Depreciação/Amortização	(15)	(28)	(24)
Despesas de Amortização	(1.367)	(2.459)	(1.312)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(187)	(266)	(111)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(1.195)	(1.926)	(1.221)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(261)	(502)	(505)
Outras Despesas Administrativas	(360)	(645)	(715)
TOTAL	(14.803)	(26.909)	(20.599)

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(71)	(122)	(106)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(203)	(426)	(393)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(56)	(101)	(74)
TOTAL	(330)	(649)	(573)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	27	605	942
Rendas Juros Cartão de Crédito	2.407	4.198	2.385
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	336	608	381
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	42	181	305
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	49	167	85
Rendas de Repasses Delcredere	193	216	75
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	-	1.435	699
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	240	240	162
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	-	1.171	790
Outras Rendas Operacionais	15	74	3
TOTAL	3.309	8.895	5.827

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

Descrição	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com Serviços Associado a Transações de Pagamento com Cartões (a)	(3.614)	(4.844)	-
Despesas de Descontos Concedidos	(508)	(920)	(833)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(603)	(1.037)	(769)

Descrição	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Recebimento de Tarifas	(79)	(140)	(91)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(1.352)	(2.495)	(1.754)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(28)	(60)	(219)
Perdas – Fraudes Externas	(6)	(304)	(119)
Outras Despesas Operacionais	(404)	(469)	(476)
TOTAL	(6.594)	(10.269)	(4.261)

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

31. Despesas com Provisões

31.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para Demandas Trabalhistas	-	(2)	(100)
Provisões para Contingências	(43)	(48)	(20)
Reversões de Provisões para Contingências	-	25	50
TOTAL	(43)	(25)	(70)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

31.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(3.319)	(5.544)	(3.108)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	2.004	3.503	2.054
TOTAL	(1.315)	(2.041)	(1.054)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

32. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	1.107	1.107	93
Ganhos de Capital	22	83	44
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	449	456	7
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(150)	(152)	(28)
(-) Perdas de Capital	(33)	(45)	(46)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	(215)
TOTAL	1.395	1.449	(145)

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos exercícios de 2023 e 2022.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 31 de dezembro de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.692	0,22%	10
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	400	0,52%	9
TOTAL	2.092	0,27%	19
Montante das Operações Passivas	1.964	0,46%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023

Empréstimos e Financiamentos	0,16%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,09%
Crédito Rural (modalidades)	0,01%
Aplicações Financeiras	0,31%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1	-	0,01%
Financ. Rurais	281	4	0,57%
Empréstimos	976	13	0,17%
Financiamentos	288	4	0,22%
Direitos Creditórios Descontados	198	1	0,70%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	595	0,21%	-
Depósitos a Prazo	4.232	0,71%	80% a 105% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.448	2,65%	85% a 93% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCI	52	0,32%	85% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	1,50% a.m. a 6,97% a.m	1,50% a.m. a 6,97% a.m
Conta Garantida	1,50% a.m. a 5,97% a.m	1,50% a.m. a 5,97% a.m
Desconto de Recebíveis PF	1,66% a.m à 4,71% a.m	1,66% a.m à 4,71% a.m
Desconto de Recebíveis PJ	1,38% a.m à 4,71% a.m	1,38% a.m à 4,71% a.m
Empréstimos	0,10% a.m. a 20,0% a.m. CDI+0,00% a.m. a CDI+2,65% a.m. SELIC%a.a à SELIC+6%a.a	0,10% a.m. a 20,0% a.m. CDI+0,00% a.m. a CDI+2,65% a.m. SELIC%a.a à SELIC+6%a.a
Crédito Rural – Repasses	3,0% a.a. a 24,90% a.a. CDI + 3,0% a.a. a CDI+ 12,0% a.a.	3,0% a.a. a 24,90% a.a. CDI + 3,0% a.a. a CDI+ 12,0% a.a.
Renegociação	1,36% a.m. a 2,88% a.m. CDI + 0,30% a.m. a CDI+2,05% a.m.	1,36% a.m. a 2,88% a.m. CDI + 0,30% a.m. a CDI+2,05% a.m.
Aplicação Financeira – RDC Longo CDI	80% a 105% CDI	80% a 105% CDI
Aplicações Financeiras – LCI/LCA	85% a 93% CDI	85% a 93% CDI

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem

como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	803
Direitos Creditórios Descontados	559
Empréstimos	565
Financiamentos	970

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	472	468

f) No período de 2023 os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Benefício monetários	31/12/2023
Honorários e Cédula de Presença	1.670
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Previdência Privada	78

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2023	31/12/2022
1.021	768

34.2 Cooperativa Central

A SICOOB SUL- LITORÂNEO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL- LITORÂNEO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	466.982	326.504
Centralização Financeira	440.287	306.029
Outros Ativos Financeiros	3.884	3.378
Outros Ativos	104	151
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos)	22.707	16.946
Passivo	18.097	14.268
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	18.000	14.152
Outros Passivos	97	116

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita	46.899	34.969
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	45.488	34.017
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.411	952
Despesa	(6.274)	(4.347)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.853)	(1.372)
Outras Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.926)	(1.221)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(2.495)	(1.754)

35. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência	193.051	158.092
Margem de Compatibilização	92.123	84.676
Índice da Basileia	22,95%	25,84%
Margem de Imobilização	74.127	62.473

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(52)	(101)	(98)
TOTAL	(52)	(101)	(98)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

ALFREDO CHAVES-ES, 31 de janeiro de 2024.

Fabricio Soares Damasceno

Diretor Executivo
CPF: 813.168.287-00

Luzia Ignez Gallina

Diretora Operacional
CPF: 009.745.227-08

Wanderson Vieira da Silveira

Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SUL-LITORÂNEO – Alfredo Chaves-ES**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE CRÉDITO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SUL-LITORÂNEO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB SUL-LITORÂNEO**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa.

tiva em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 31 de janeiro de 2024.



Luciano Gomes dos Santos
Contador
CRC/RS 059628/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito Sul Litorânea do Espírito Santo — Sicoob Sul Litorâneo**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC — Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 31 de Janeiro de 2024, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 16 de fevereiro de 2024.

Renato Rosetti Conde
Coordenador do Conselho Fiscal

Laiza Volponi Paganini
Secretária do Conselho Fiscal

Sérgio Soares de Mattos
Conselheiro Fiscal – Efetivo



comunidadesicoob.com.br

    **Sicoob Espírito Santo**

Central de Atendimento Sicoob (atendimento 24 horas): 4000 1111 (capitais e regiões metropolitanas) – 0800 642 0000 (demais localidades)
Ouvidoria (de segunda a sexta, das 8h às 20h): 0800 725 0996 – 0800 940 0458 (deficientes auditivos ou de fala) – ouvidoriasicoob.com.br